

Cais Mauá terá mudança em sistema de gestão

NOVO MODELO DE ADMINISTRAÇÃO terá uma empresa responsável pela obra e outra pela gestão legal e regulatória do fundo de investimentos

MARCELO GONZATTO
marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

O projeto de revitalização do Cais Mauá, abalado por uma operação da Polícia Federal envolvendo o antigo gestor, vai passar por uma reformulação em Porto Alegre. A renovação do espaço vai prosseguir sob um novo modelo de administração, em que uma empresa ficará responsável pela obra e outra pela gestão legal do fundo de investimentos destinado a custear o empreendimento. O cronograma original também será alterado – haverá um atraso no início da fase de reforma dos armazéns, cuja data não foi informada. Conforme João Carlos Mansur, presidente da Reag Investimentos, não há expectativa de atraso na entrega. Mais detalhes deverão ser divulgados nos próximos dias.

O Fundo de Investimento em Participações Cais Mauá do Brasil (FIP) era gerido pela ICLA Trust, com sede no Rio de Janeiro, até o começo do ano. Já desgastada por alegações de ter provocado perdas milionárias no Tocantins devido a investimentos malsucedidos, a ICLA acabou substituída no comando do projeto na Capital pela paulista Reag Investimentos apenas dois dias antes da assinatura da ordem de início das obras.

Apesar de a revitalização ter sido assumida por outra empresa,

informações de bastidores dão conta de que investidores teriam se retraído com a repercussão das atividades da ICLA no Tocantins e da operação policial realizada em abril envolvendo essa empresa por suspeita de irregularidades – que levou ao temor de possíveis repercussões sobre o fundo de investimento formado pela ICLA, embora a PF tenha sustentado não haver, até o momento, qualquer suspeita sobre a obra no cais.

O assunto foi debatido em uma reunião ontem da Reag com investidores. A decisão dos novos gestores foi separar a administração do empreendimento. A Reag concentrará a atuação em desenvolvimento dos projetos, obras, comercialização e captação de recursos privados. A empresa Lad Capital passará a responder exclusivamente pela gestão legal e regulatória do fundo de investimentos. Segundo os novos gestores, a Lad Capital é especializada nesse tipo de prestação de serviço, o que facilitaria a retomada da confiança no projeto.

– A Reag é especializada em projetos imobiliários, e a LAD, na condução da parte voltada à regulamentação do fundo – afirma Mansur sobre a vantagem de dividir a gestão. – Deveremos ter outros investidores, privados e estrangeiros – acrescenta.

Em razão das turbulências provocadas pela operação da PF, o cronograma da reformulação do

Cais também deverá ser alterado. Por meio de nota, a Reag admite que “mesmo não sendo objeto de qualquer investigação, a obra deve passar por uma revisão de seu cronograma. Concluídos os testes das amostras recolhidas após a retirada das áreas contaminadas, e após revisão de cronograma, o Cais deverá iniciar a próxima etapa, que envolve infraestrutura (água, esgoto, energia, redes óticas) ao longo de 3,2 km de orla e restauro nos armazéns.” Não foi informada, porém, a data em que a próxima fase deverá ter início. A expectativa anterior era de que o trabalho nos armazéns começasse ainda no início deste mês.

EMPRESA QUE GERIA FUNDO FOI ALVO DA PF

Em abril, agentes da Polícia Federal estiveram no Cais Mauá, em um dos braços da Operação Gatekeepers, a fim de coletar informações sobre pessoas ligadas à ICLA em razão de movimentações financeiras consideradas suspeitas. Segundo o titular da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros da PF, delegado Eduardo Bollis, foi detectada a transferência de dinheiro de diferentes fundos de investimento para a administradora em volume significativo, e o repasse desses valores para pessoas físicas e outras empresas sem justificativa aparente.

PERTO DA CONCLUSÃO



Trabalhos no local começaram em outubro de 2015 e estão 98% concluídos

Trecho da orla do Guaíba deve ser liberado em final de junho

JOCIMAR FARINA
jocimar.farina@rdggaucha.com.br

As obras de revitalização da orla do Guaíba entre a Usina do Gásometro e a Rótula das Cuias, em Porto Alegre, serão finalizadas em três semanas. Segundo a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (Smim), os trabalhos serão concluídos em 6 de junho. Porém, a entrega de todo o trecho revitalizado para a população só deverá ocorrer no fim do mesmo mês.

O Executivo afirma que, nesse período, finalizará o piso podotátil, recuperará a obra de arte *Olhos Atentos* e fará ajustes finais de infraestrutura e operação.

Atualmente, a obra no trecho de 1,3 quilômetro está 98% concluída. Dos R\$ 71 milhões que serão investidos, a prefeitura já pagou R\$ 63,89 milhões ao consórcio Orla Mais Alegre.

Um serviço incluído por último

na revitalização foi a recuperação da obra *Olhos Atentos*, que serve de mirante para o Guaíba. A escultura fez parte de um conjunto de arte pública apresentado na 5ª Bienal do Mercosul, em 2005, e doado pela Fundação Bienal à prefeitura. O mirante está interditado há quase 10 anos.

A prefeitura segue ainda buscando os interessados em administrar os bares da orla. Dos quatro processos de escolha, três terão que ser relicitados e um está em análise. Apenas o Restaurante Quase Meia Noite teve o resultado homologado.

Ainda são aguardadas empresas interessadas em adotar as áreas verdes após a conclusão da revitalização. Nenhuma proposta foi apresentada na data prevista (30 de novembro). A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (Smams) informou que segue aberta a receber novas propostas.

O ANDAMENTO DOS TRABALHOS

EDIFICAÇÕES: 97%

Faltam ajustes de vedação e em revestimentos e instalações de metais e luminárias

BAR QUASE MEIA NOITE: 99%

Faltam instalações de metais, luminárias, ajustes na cobertura dos vidros e acabamentos

QUADRAS ESPORTIVAS: 98%

Falta última de mão de tinta

POSTES INCLINADOS: 100%

ANCORADOURO: INAUGURADO
Fiscalização solicitou a substituição da madeira de alguns poucos pontos

INFRAESTRUTURA: 98%

Faltam ajustes de acabamentos em caixas de infraestrutura

IMPLANTAÇÃO VEGETAL: 98%

Falta recomposição de trechos de grama

BILHETERIA: INAUGURADA

Estrutura que engloba a antiga tremonha, projetada para servir de bilheteria ao ancoradouro, revestida em vidro e aço

PASSEIOS: 98%

Faltam ajustes de acabamentos solicitados pela fiscalização

RESERVATÓRIO: 100%

Estrutura metálica de 23m destinada a reservar água para o complexo

ARQUIBANCADAS: 98%

Faltam ajustes de acabamentos solicitados pela fiscalização

PASSARELAS: 100%

Estruturas metálicas que adentram o Guaíba para passeio

DECKS: 99%

Falta a última mão de tinta no deck

PRAÇA JULIO MESQUITA: INAUGURADA

CARGO NO METROPOA

Ministério de Contas pede exoneração de CC

GABRIEL JACOBSEN
gabriel.jacobsen@rdggaucha.com.br

O Ministério Público de Contas (MPC) solicitou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) que suspenda a nomeação de um cargo em comissão (CC) lotado no extinto Escritório-Geral do Metrô de Porto Alegre (MetroPOA). No pedido cautelar, o procurador-geral do MPC, Geraldo Da Camino, indica que o ato de nomeação do coordenador aponta para uma “ilegalidade”, com “potencial lesão ao erário”, “merecendo a pronta atenção e intervenção” do TCE “para que a irregularidade não permaneça”.

No pedido, o MPC também solicita que a Direção de Controle e

Fiscalização do TCE, “em procedimento de fiscalização, analise a adequação dos cargos comissionados e das funções de confiança” na prefeitura de Porto Alegre. Por se tratar de pedido cautelar, os pedidos devem ser apreciados com urgência pelo tribunal.

A nomeação de uma pessoa chamada Daniel Rigon para ocupar o cargo comissionado de coordenador-geral do MetroPOA foi revelada por reportagem de ZH em 26 de abril. Questionado sobre o fato na oportunidade, o então secretário de Planejamento e Gestão, José Alfredo Parode, indicou que o CC em questão não responde pela função para que foi nomeado, realizando atividades em “programas estruturantes”.

Após a publicação da reportagem, o MPC solicitou à prefeitura esclarecimentos sobre o caso. Na resposta, o setor jurídico do Executivo alegou que a nomeação do CC para o MetroPOA se deve ao fato de que foi feita, no início do atual governo, em 2017, uma reforma administrativa e que o cargo comissionado foi incorporado à Secretaria de Planejamento e Gestão, mas que falta decretar as mudanças dos nomes dos cargos e das respectivas unidades de trabalho. Cabe ao prefeito Nelson Marchezan editar tais decretos.

Sobre isso, o procurador-geral do MPC avalia que, uma vez extinto o Escritório do MetroPOA, não se justifica a incorporação do cargo comissionado à estrutura.